

Estratégia de Lisboa – Educação, Formação e Literacia

2000-2006 – Seis anos de progressos, com muito a fazer...

Por: José Carlos Fernandes Pereira
Presidente

AAAEDF – Associação dos Antigos Alunos do Externato Delfim Ferreira



A correlação globalização/*glocalização* ilustra-nos a imagem do mundo actual, em que, cada vez mais, as dinâmicas globais se expressam ao nível local e as dinâmicas locais ao nível global, com todas as oportunidades e fraquezas subjacentes.

Com efeito, a Europa não é um *grupo de nações*, mas sim um espaço unido na diversidade, privilegiado de esperança humana, com um património cultural, religioso e humanista de onde emanaram valores comuns como a liberdade, a democracia, a igualdade e o Estado de Direito.

A Europa é um espaço que tenciona progredir na via da civilização, do progresso e da prosperidade a bem de todos os seus habitantes; que quer continuar aberto à cultura, ao saber e ao progresso social.

E na base de toda esta dinâmica está a Educação.

A União Europeia deve contribuir para o desenvolvimento de uma educação de qualidade, exigindo dos Estados-Membros a responsabilidade pelo conteúdo do ensino e pela organização da educação e desenvolver uma política de formação profissional, adequados aos desafios da empregabilidade globalizada.

Como referimos no artigo pretérito, a propósito do Processo de Bolonha, a liberdade de circulação de pessoas baseado no conhecimento e no crescimento sustentável, com mais e melhores empregos e com maior coesão social, introduziu na Europa uma crescente necessidade de mobilidade dos profissionais.

Contudo, os desafios da mobilidade e da empregabilidade não se observam apenas à escala europeia, mas sim à escala planetária.

Por conseguinte, na Estratégia de Lisboa, delineada em Março de 2000, na capital portuguesa, com o objectivo de tornar a União Europeia na economia mais competitiva do mundo em 2010, o Conselho Europeu (CE) definiu objectivos para a Educação e para a Formação.

Tais objectivos têm em vista a adaptação dos sistemas educativo e de formação europeus às exigências da sociedade do conhecimento e à necessidade de um maior nível e qualidade do emprego, através de três componentes principais:

- o desenvolvimento de centros de aprendizagem locais;

- a promoção de novas competências básicas, em especial em matéria de tecnologias da informação; e

- uma maior transparência das habilitações.

Para alcançar tais objectivos, o CE solicitou aos Estados-Membros para alcançar as seguintes metas:

- um aumento anual substancial do investimento *per capita* em recursos humanos;

- Redução para metade, até 2010, do número de jovens da faixa etária dos 18 aos 24 anos que apenas têm estudos secundários de nível inferior e que não estão a prosseguir os estudos ou a formação;

- as escolas e os centros de formação, todos eles ligados à Internet, deverão ser transformados em centros locais de aprendizagem polivalentes, acessíveis a todos, utilizando os métodos mais apropriados para abordar um vasto leque de grupos-alvo. Para tal, devem ser criadas parcerias de aprendizagem entre escolas, centros de formação, empresas e unidades de investigação;

- as competências básicas, que serão proporcionadas através da aprendizagem ao longo da vida, deverão ser definidas num quadro europeu: competências básicas em TIC e literacia digital, línguas

estrangeiras, cultura tecnológica, espírito empresarial e competências sociais;

- promoção de meios de mobilidade dos estudantes, professores e pessoal de formação e investigação, removendo obstáculos e desenvolvendo os actuais programas comunitários (Sócrates, Leonardo e Juventude para a Europa), bem como uma maior transparência no reconhecimento das habilitações e dos períodos de estudos e de formação;

- desenvolvimento de uma norma europeia comum para os *curricula vitae*, por forma a facilitar a mobilidade por meio da ajuda à avaliação dos conhecimentos adquiridos, tanto pelos estabelecimentos de ensino e formação como pelos empregadores.

Relativamente à concretização dos objectivos definidos pela Estratégia de Lisboa, o relatório anual de 2005 da Comissão Europeia, que teve em conta 29 indicadores, regista “bons progressos” em Portugal, reconhecendo os esforços visíveis no aumento do investimento público na educação e o facto de termos a geração mais nova de professores no ensino secundário, com a mais baixa percentagem de docentes acima dos 50 anos.

Registam-se ainda dados positivos no que concerne ao número de computadores por aluno e de escolas ligadas à Internet (importará avaliar a acessibilidade a estes equipamentos), apontando contudo um longo percurso quanto ao combate ao abandono escolar, à iliteracia e à formação ao longo da vida.

Concretamente, quanto ao abandono escolar, o relatório classifica Portugal nos últimos lugares, ao lado de Malta; quanto à iliteracia, há também muito a fazer, dado que 22% dos nossos alunos não compreendem o lêem.

Claro que a Educação não se reduz apenas à qualificação dos recursos humanos para uma economia competitiva. Mas é fundamental que os *curricula* das escolas, de par com uma educação de qualidade, criem um potencial de conhecimento e de inovação que assegure igualdade de oportunidades e o cumprimento das expectativas dos nossos jovens para a competitividade, o crescimento sustentável e o emprego na União.

jcarlospereira@netcabo.pt